



SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012

OBJEIVOS ESTATUTÁRIOS

Representar o sistema cooperativo catarinense.

Preservar e aprimorar constantemente a identidade do Sistema Cooperativo.

Manter registro atualizado das cooperativas.

Orientar as sociedades cooperativas.

Incentivar a constituição de cooperativas.

Autogestionar o cooperativismo catarinense.

Manter conselhos especializados.

Manter ativo sistema de assistência às cooperativas.

Incentivar a produção de conhecimento do sistema.

Aprimorar, promover e divulgar a doutrina cooperativista.

Arrecadar recursos para manutenção da estrutura.

Fixar diretrizes políticas do sistema cooperativo.

Exercer a representação sindical patronal das cooperativas.

Manter relacionamento com órgãos públicos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcos Antônio Zordan – Diretor Presidente
José Grasso Comelli – Vice-Presidente Ramo Infraestrutura
Alberto Gugelmin Neto – Vice-Presidente Ramo Saúde
Romeo Bet – Vice-Presidente Ramo Agropecuário
José Adalberto Michels – Vice-Presidente Ramo Crédito
Osnildo Maçaneiro – Vice-Presidente Ramo Consumo
Luiz Vicente Suzin – Vice-Presidente Ramo Agropecuário
Elizabeth Alves Pelegrini – Vice-Presidente Ramo Trabalho

Mandato: Até Assembleia Geral Ordinária de 2016.

CONSELHO FISCAL

Ricardo Hochheim Filho – Conselheiro Ramo Saúde
Vanir Zanatta – Conselheiro Ramo Agropecuário
Dgimi Parno – Conselheiro Ramo Crédito
Maria Elizabeth De Paula Cançado Mezaroba – Conselheira Ramo Consumo
José Samuel Thiesen – Conselheiro Ramo Infraestrutura
Roque Pereira – Conselheiro Ramo Trabalho

Mandato: Até Assembleia Geral Ordinária de 2013.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A OCESC, entidade de representação política e institucional, está permanentemente pronta para continuar a prestar serviços para as cooperativas nela registradas e que demandem seus serviços.

Neste sentido o Conselho de Administração tem se mantido alerta objetivando manter o elevado nível de qualidade dos serviços que nortearam sua atuação ao longo dos anos.

Para prestação adequada dos serviços, duas condicionantes são necessárias:

- a) Estrutura física.
- b) Material intelectual.

Após longos anos de economia o cooperativismo de Santa Catarina tem sua sede própria construída, paga e consolidada, podendo atender as principais demandas pelos próximos anos. O material humano aos poucos está sendo reestruturado.

O resultado econômico de 2012 apenas reflete a responsabilidade com que as cooperativas, que fazem parte da OCESC pagam regularmente a **taxa de manutenção**, a **contribuição sindical patronal** e a **contribuição cooperativista**. Sem isso não seria possível apresentar superávit, bem como manter a estrutura de prestação de serviços no atual nível.

Os desafios no aperfeiçoamento do modelo de organização de prestação de serviços são objetivos permanentes. Dentre as principais inovações em 2012, foi implantado novo modelo de governança, que culminou com a indicação de um Diretor Superintendente voltado para atender as demandas da OCESC. Objetiva-se como isso, aproximar a OCESC das cooperativas através de uma ação mais rápida e incisiva tanto no campo de representação social, de registro e sindical.

Para 2013 projeta-se a consolidação do novo modelo de governança com a definição de um novo organograma decisório mais ágil e objetivo voltado para respostas rápidas. Para atender esses novos objetivos pretende-se reaparelhar a OCESC com a contratação de novos técnicos, especialmente no campo tributário e comunicação social.

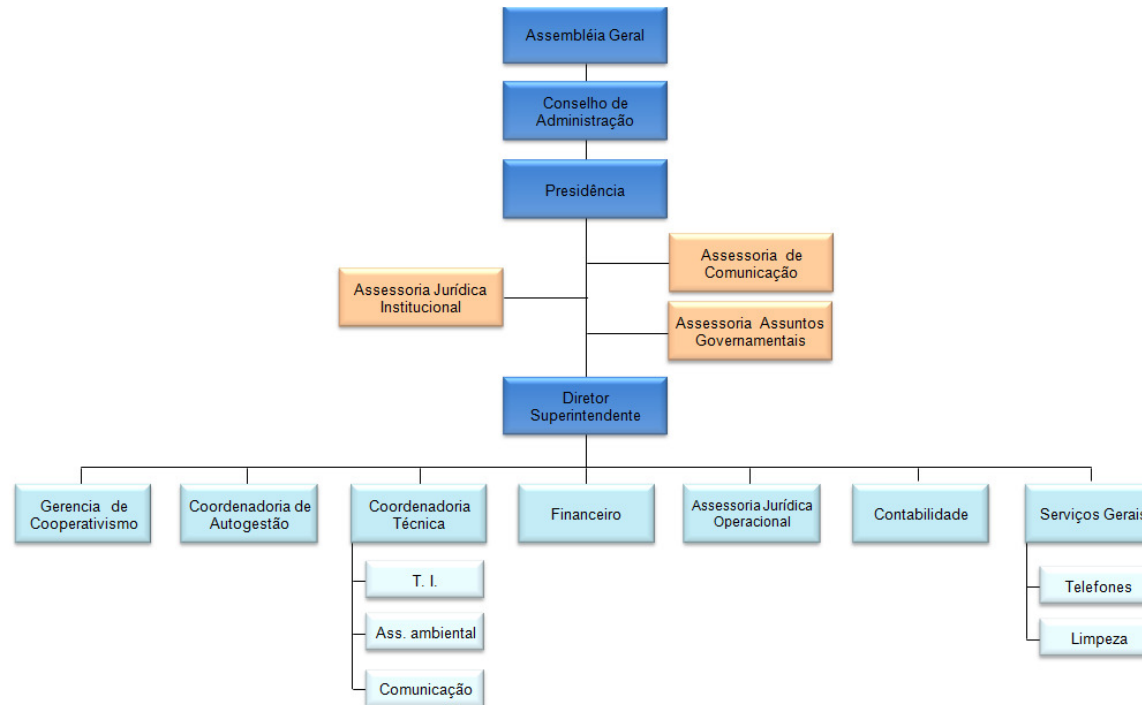
Temos também como meta a criação da Lei Estadual do Cooperativismo, algo já em estudo junto ao Governo do Estado, demanda essa, de suma importância para aproximação das cooperativas com o poder público estadual. Atualmente temos uma relevante influência nos aspectos econômicos, tributários e social no estado, contudo carecem as cooperativas de uma porta de entrada para discutir políticas públicas específicas para atender suas demandas.

Aos poucos a função da OCESC de também desempenhar a função de **sindicato patronal** começa a se desenhar como algo importante para as cooperativas do Estado. A OCESC pretende estreitar o relacionamento com suas cooperativas permitindo que essas façam seus acordos preservando os interesses locais e individuais.

Também projetamos estreitar e fortalecer as ações junto com a FRESCOOP/SC e OCB, entidades políticas e de representação institucional, importantes para a preservação dos ganhos já consolidados às cooperativas nos mais diversos aspectos.

A OCESC é grata a todas as cooperativas que contribuíram de alguma forma para o engrandecimento e manutenção do elevado conceito do cooperativismo catarinense perante o povo catarinense e brasileiro. Também agradecemos o Governo do Estado de Santa Catarina que sempre esteve comprometido com as cooperativas e cooperados. FRESCOOP/SC, assessorias técnicas e políticas, Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB e outros parceiros que sempre se mantiveram atentos às demandas das cooperativas catarinenses, prestando um serviço de elevada qualidade imponderável mensuração.

ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL, EXECUTIVO E OPERACIONAL.



O COOPERATIVISMO CATARINENSE

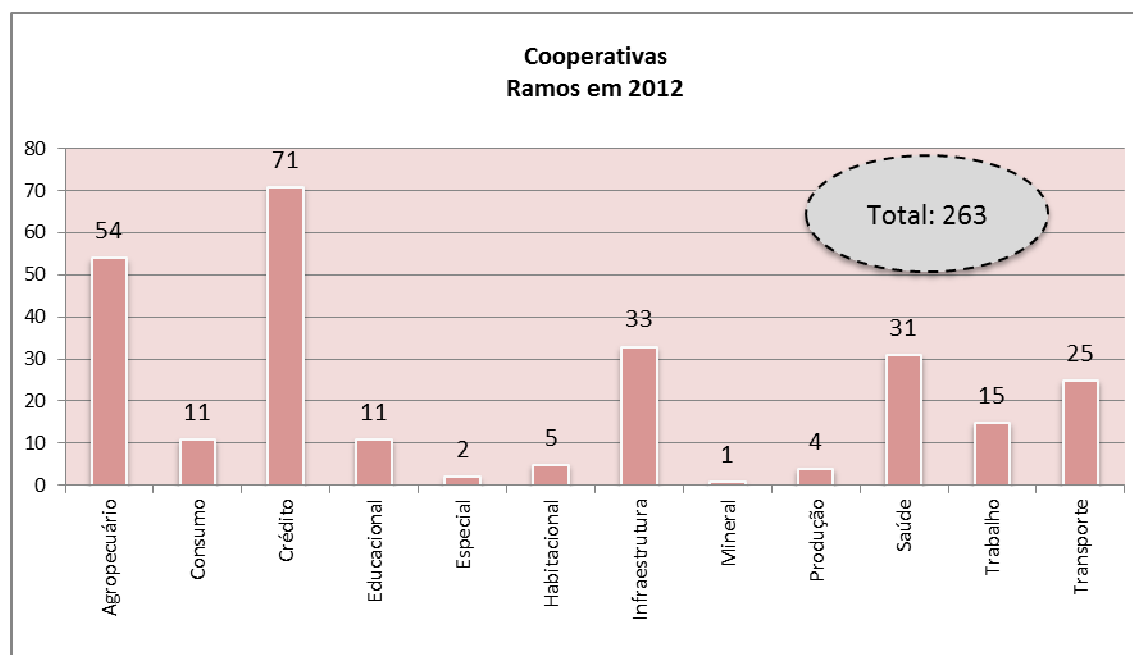
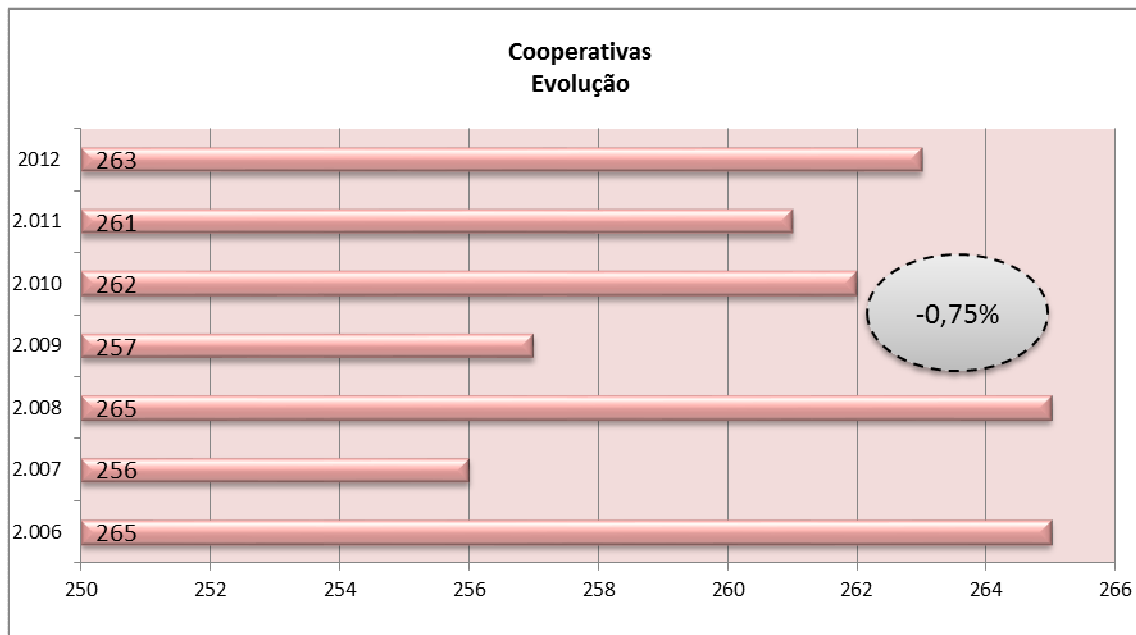
Nos últimos anos o cooperativismo catarinense tem registrado crescimento importante sob todos os ângulos, destacando-se o número de cooperados, empregados, arrecadação de impostos, receitas e incremento de patrimônio líquido.

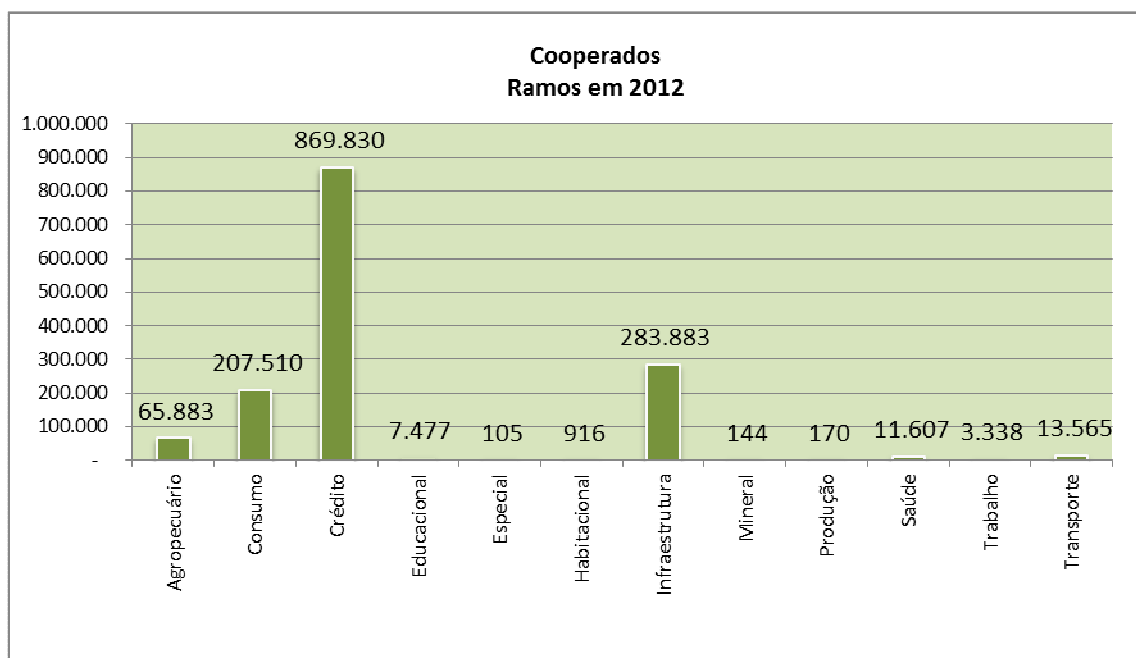
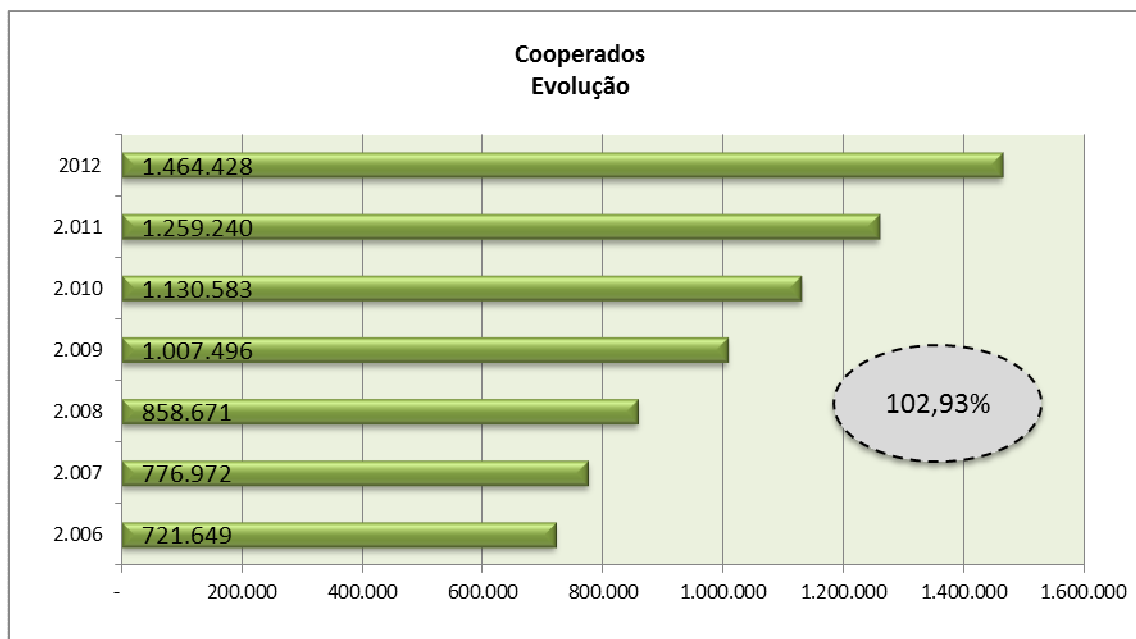
Excelência na prestação de serviços, atenção para o cooperado e sua família, acuidade na gestão e profissionalismo, são a tônica do processo.

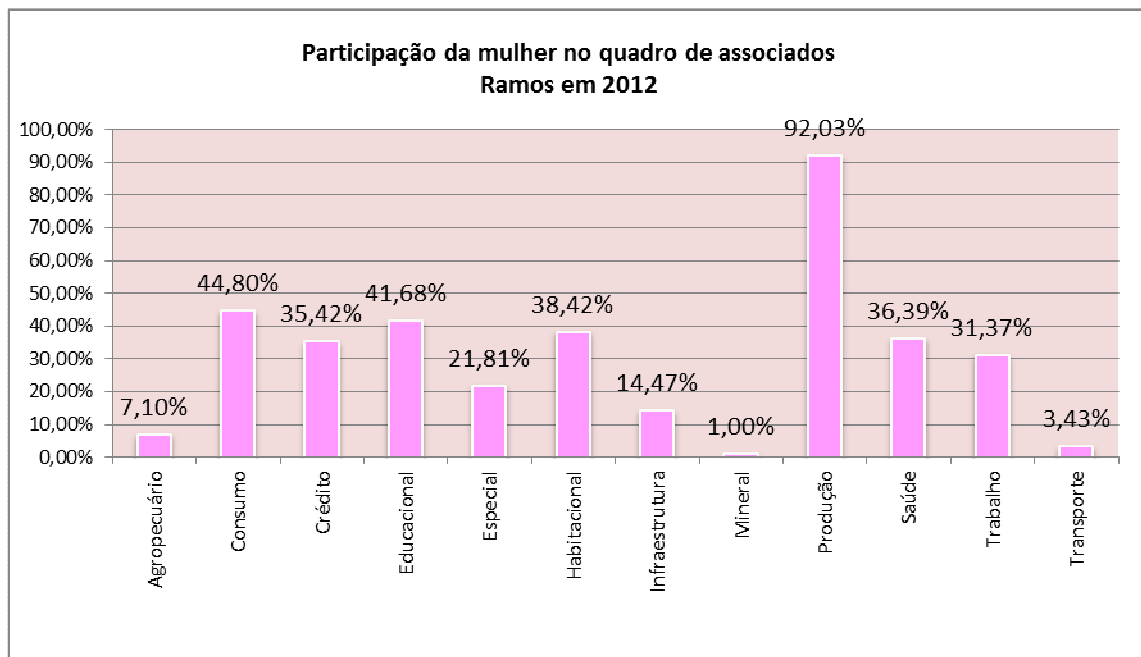
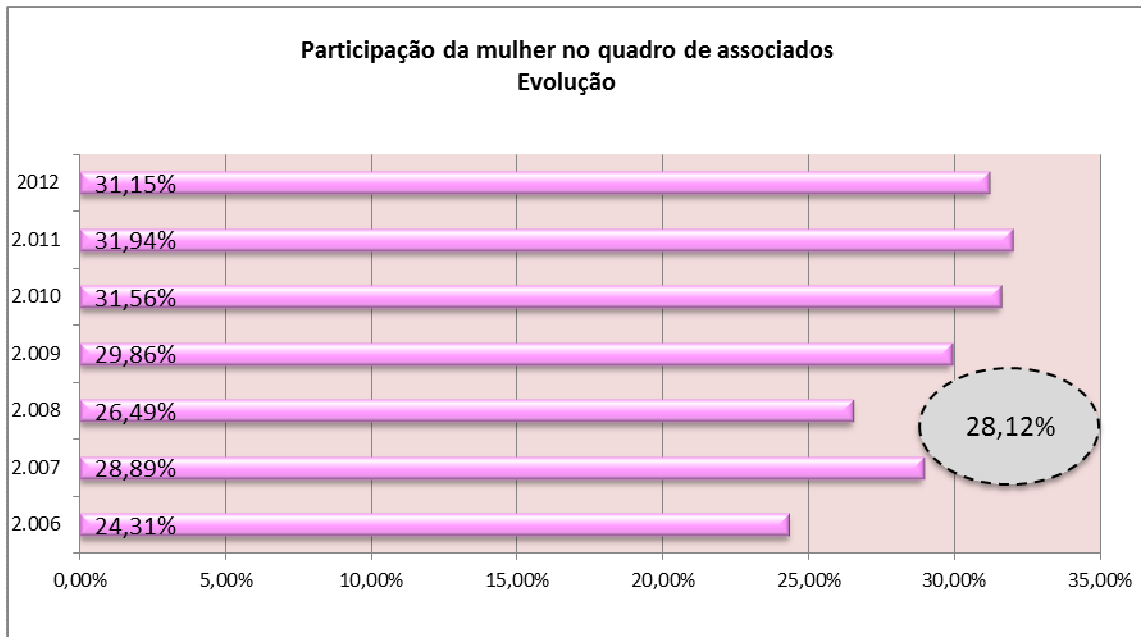
Em 2012 as cooperativas no seu conjunto investiram R\$ 582 milhões, sinalizam para 2013 R\$ 641 milhões. Isso demonstra a fé dos dirigentes e cooperados em suas cooperativas.

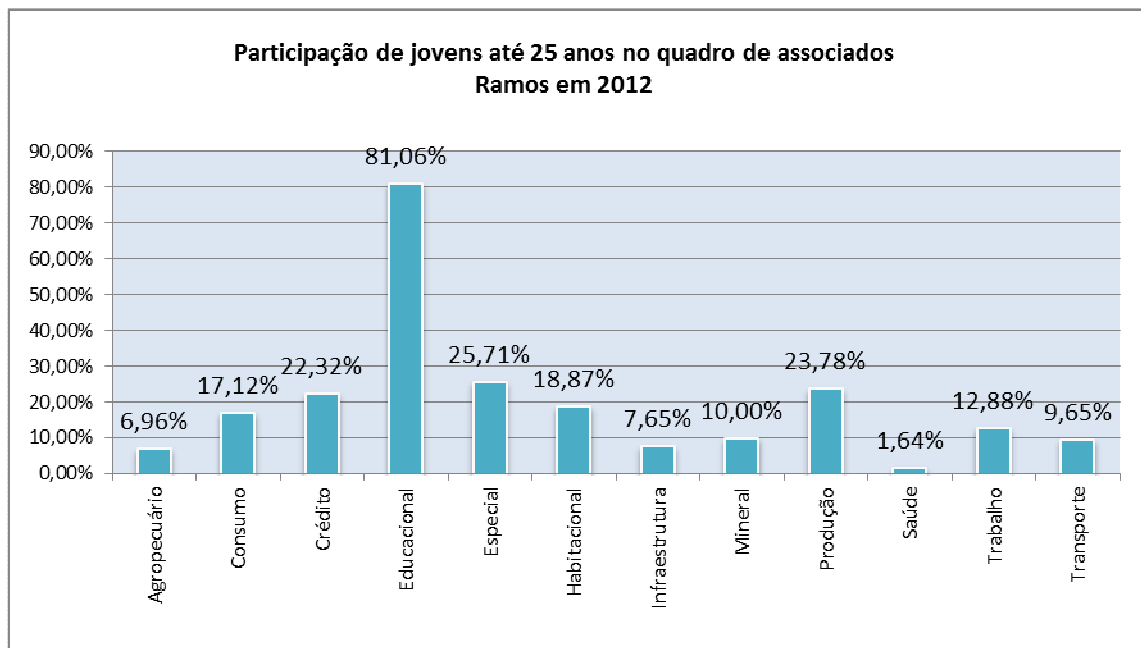
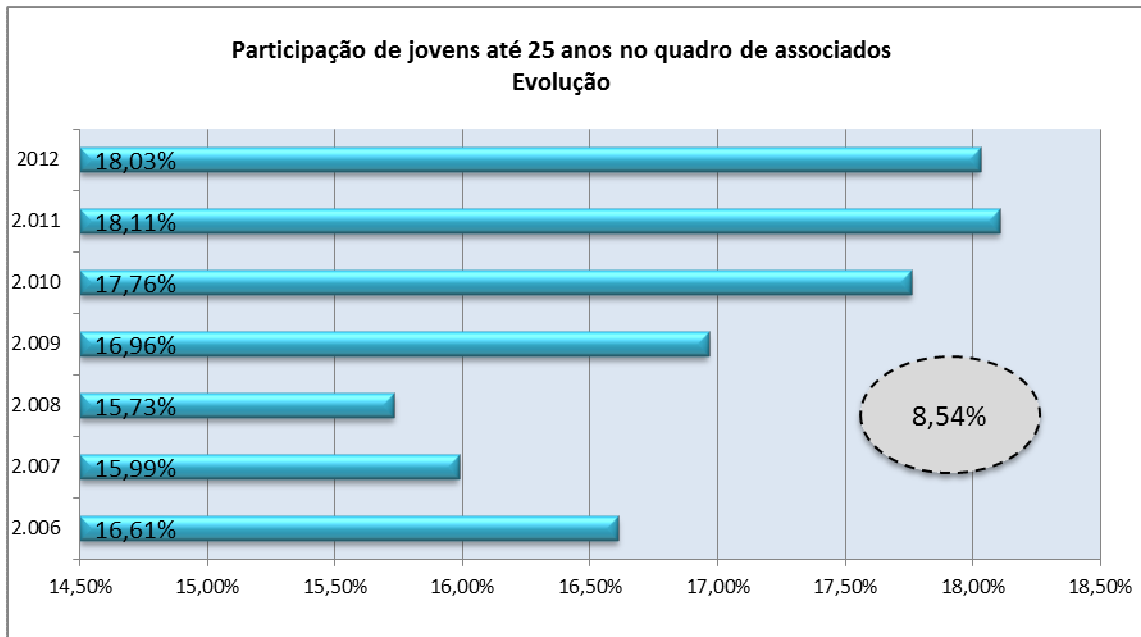
Os gráficos a seguir demonstram claramente que o cooperativismo catarinense tem seguramente muitos aspectos que o tornam seguidamente referência nacional. O número de cooperativas está estabilizado, no entanto, todas as demais informações são dignas de registro, e não o são por mero acaso.

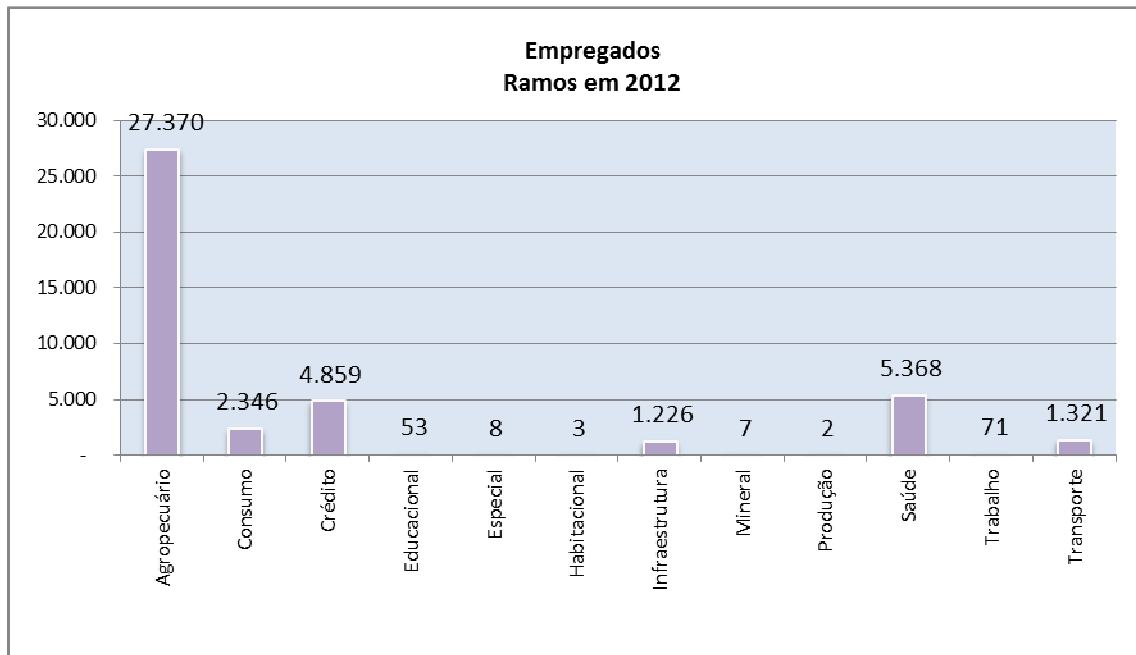
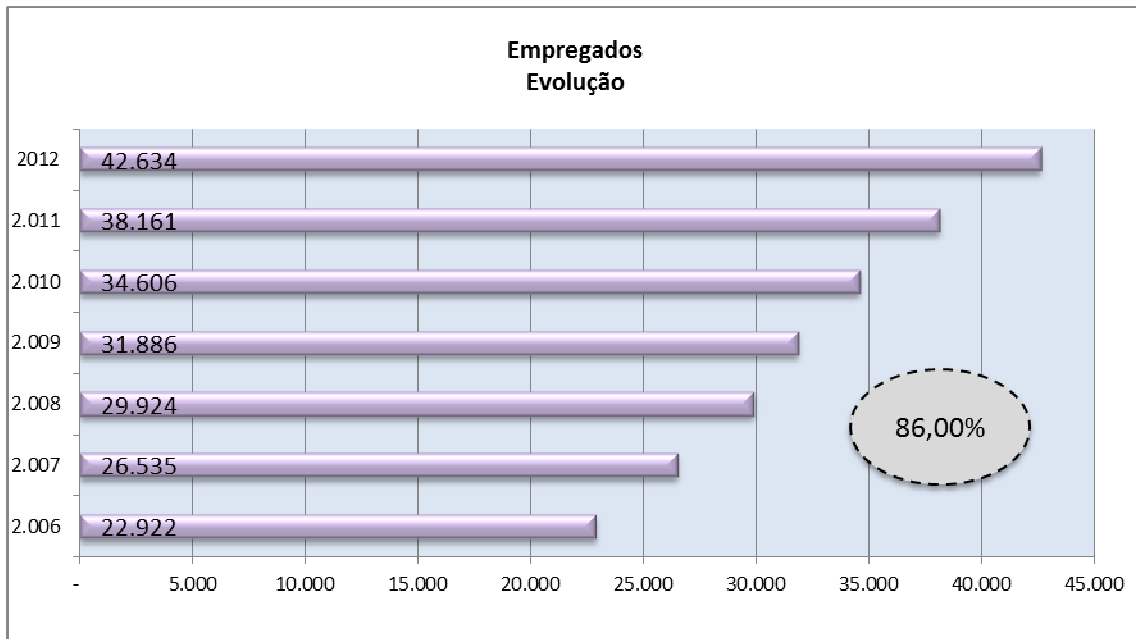
DADOS ESTATÍSTICOS DO COOPERATIVISMO CATARINESNE

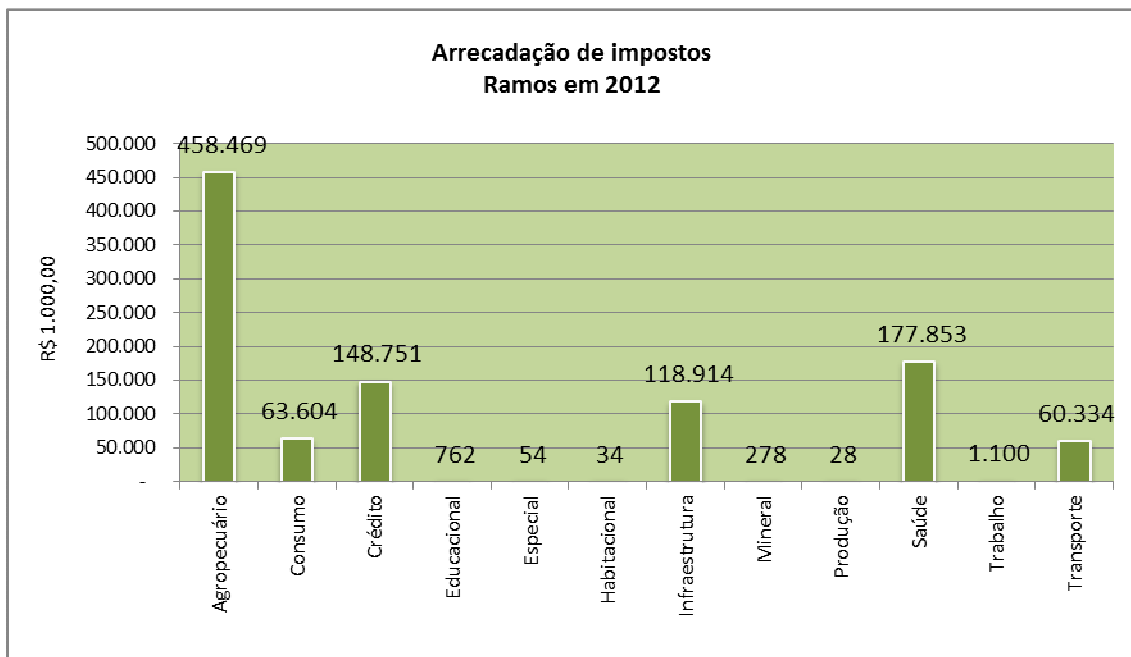
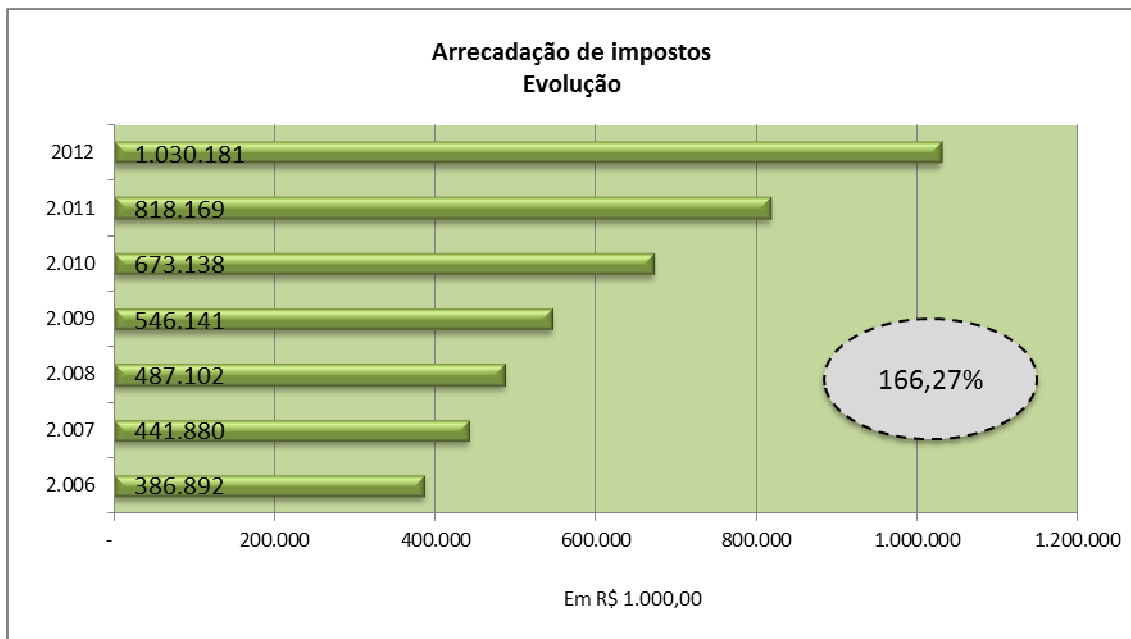


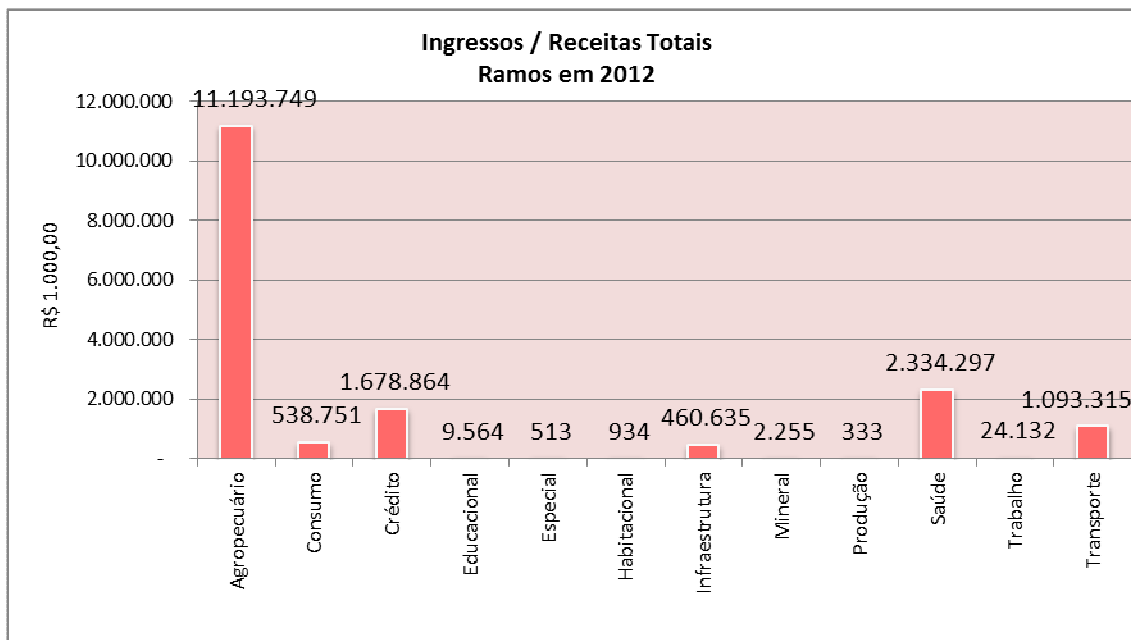
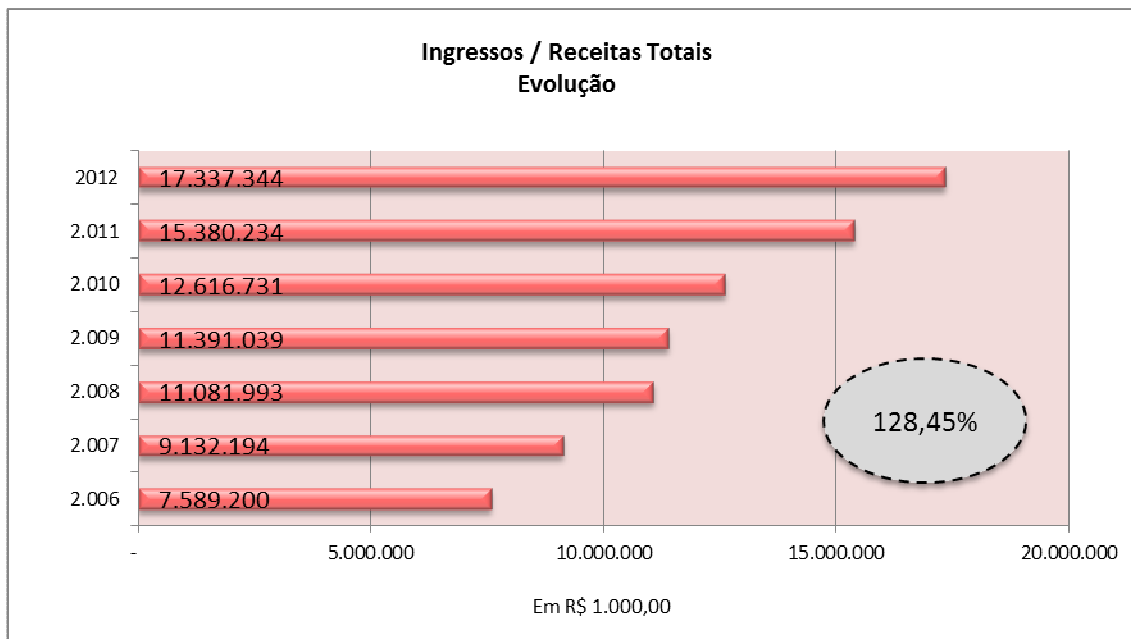




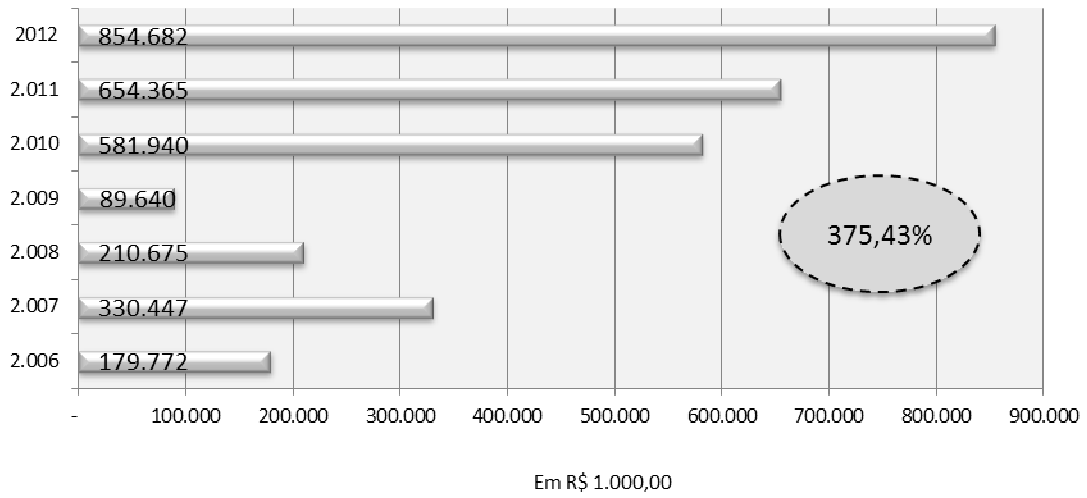




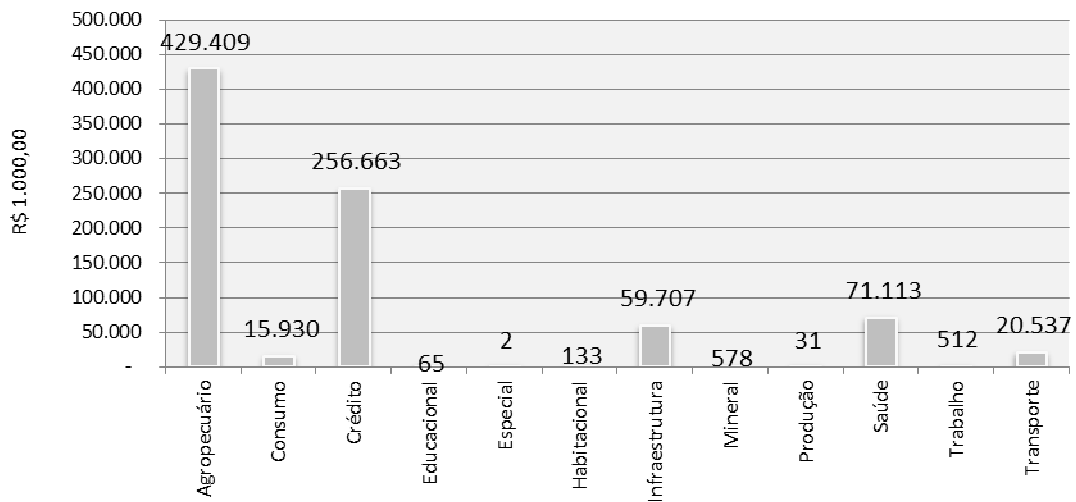


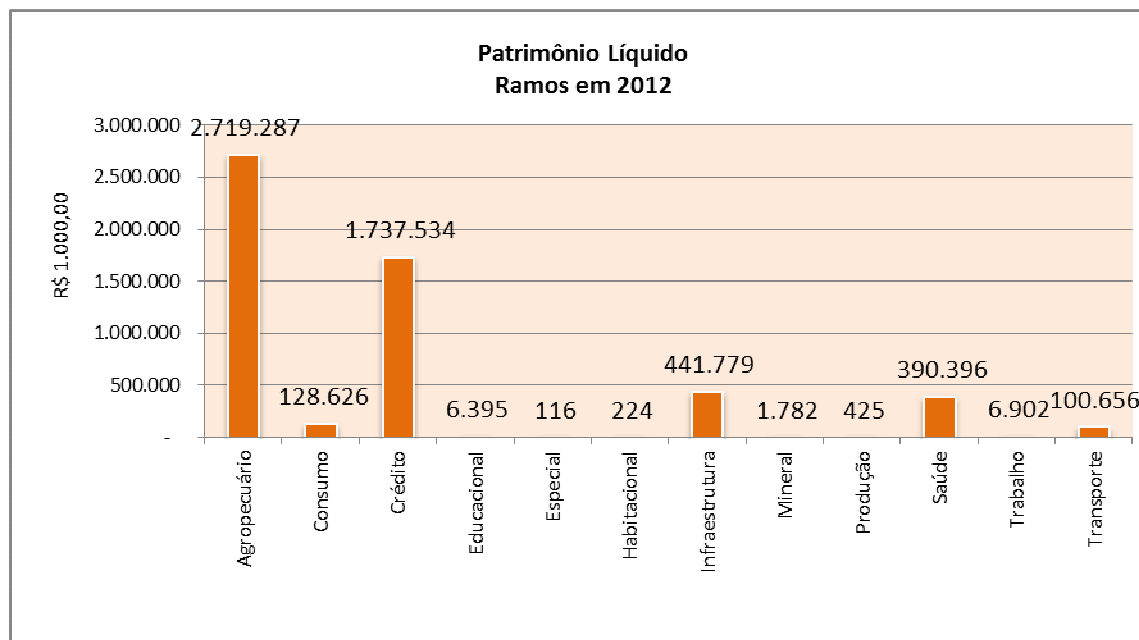
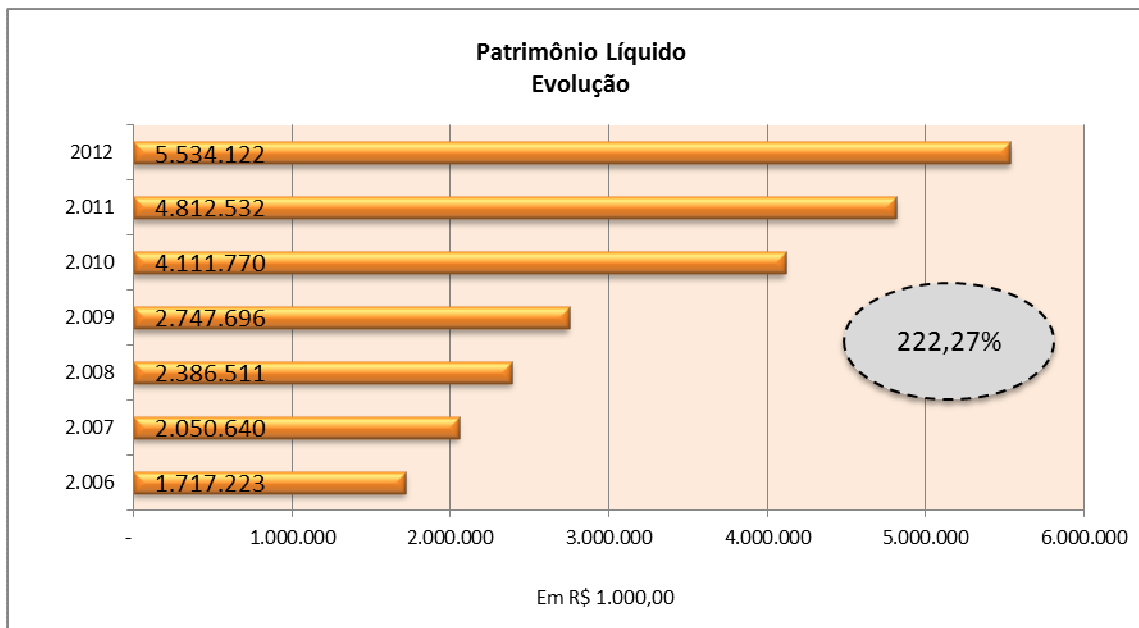


**Sobras Antes das Destinações Legais e Estatutárias
Evolução**



**Sobras Antes das Destinações Legais e Estatutárias
Ramos em 2012**





PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA OCESC EM 2013 CONSIDERANDO OS APONTAMENTOS DO FÓRUM DE DIRIGENTES.

INTERCOOPERAÇÃO

Encontro de presidentes proporcionando troca de experiências com objetivo de estimular a intercooperação.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Revisar o sistema de comunicação da OCESC com as filiadas.

DIFUSÃO DO COOPERATIVISMO NAS ESCOLAS

Aprovação da lei estadual do cooperativismo.

Marketing institucional.

APOIO AOS RAMOS

Identificar demandas específicas de cada ramo cooperativista.

ACOMPANHEAMENTO DAS COOPERATIVAS.

Fortalecer e incrementar sistema de acompanhamento através de auditorias.

Redefinir forma de trabalho.

Revisar sistema de registro de processos junto a OCESC e JUCESC.

Assessorias para cooperativas.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA OCB

Reestruturação da equipe interna da OCESC.

Fortalecer as ações políticas.

SINDICATO PATRONAL

Fortalecer a função sindical

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DAS ÁREAS INTERNAS.

No relatório de atividades procuramos descrever de forma bastante sucinta as atividades desenvolvidas por cada colaborador com função relevante dentro da estrutura de gestão.

1. DIRETORIA EXECUTIVA.

A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor Superintendente e pelo Gerente de Cooperativismo.

O Diretor Superintendente tem a função eminentemente executiva e objetiva coordenar e supervisionar as diversas áreas de atuação da OCESC.

Gerente de cooperativismo.

O Gerente de Cooperativismo, além de funções internas, também tem expediente diário no período da tarde na Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, na qualidade de Diretor de Cooperativismo e Agronegócios, onde desenvolve vários trabalhos de interesse das cooperativas agropecuárias, destacando-se:

- a) **Terra Boa** » Distribuição cerca de 180.000 sacas de sementes de milho, 270.000 toneladas de calcário e 3.000 Kits utilizados para melhoria de pastagens.
- b) **Juro Zero Agricultura/Piscicultura** » Operacionalizado com a participação das cooperativas de crédito registradas na OCESC.

Informo valores aplicados pelo sistema SICOOB no programa Juro Zero Agricultura/Piscicultura:

- Famílias atendidas: 649.
- Valor financiado: R\$ 11.442.019,00.
- Juros pagos: R\$ 863.772,00.

Os financiamentos foram principalmente para pecuária de leite (ordenhadeiras, resfriadores, estábulos, matrizes, etc...), e sistemas de captação e uso de água.

- c) **Fomento em Geral** » Programa de financiamento sem juros para financiamento de investimentos de pequeno valor (até R\$ 14.000,00 por produtor), com recursos com fonte específica do Estado de Santa Catarina.
- d) **Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural** » Programa implantado em 2011, com atendimento de 1.120 produtores de maçã, no valor total de R\$ 2,3 milhões com recursos do FDR.
- e) **Desenvolvimento da Pecuária de Corte** » Programa de subvenção ao juro devido pelo produtor ao agente financeiro financiador de atividades que visam o aumento da produção de carne por unidade de área, implantado em 2012.

- f) **Armazenar** » Programa que incentiva a construção de armazém de cereais ou frutas com subvenção de 50% dos juros devidos pelos produtores rurais e cooperativas relativos a financiamentos contraídos para construção de armazéns.

Estatística de 2012:

Resumo do programa em 2012:

- Número de cooperativas beneficiadas: 13
- Número de contratos: 21
- Subvenção paga em 2012: R\$ 1.353.973,28
- Capacidade ampliada grãos: 170.359 toneladas.
- Capacidade ampliada de fertilizantes: 100.000 toneladas.

2. COORDENAÇÃO DE AUTOGESTÃO.

A Coordenação de Autogestão executou as atividades abaixo relacionadas:

- a) Análise e encaminhamento de processos para registro na Junta Comercial como atas de Conselhos de Administração, de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, Processos de credenciamento de Armazéns Gerais das cooperativas filiadas totalizando 368 (trezentos e sessenta e oito) processos.
- b) Análise de minutas de Reforma Estatutária e de constituição de cooperativas juntamente com a Assessoria Jurídica da OCESC.
- c) Atendimento a grupos e ou pessoas interessados em constituir cooperativas, bem como acompanhamento e instruções até a consecução do registro, conforme Resolução 01/2006 – OCESC.
- d) Palestrante em Seminário de Constituição de Cooperativas.
- e) Orientações e acompanhamento ao Programa de Certificação de Cooperativas da OCESC, tendo sido certificadas no ano 06 (seis) cooperativas de diversos ramos.
- f) Representa o sistema cooperativista catarinense na Assembleia Legislativa, na qualidade de assessor junto a Frente Parlamentar do Cooperativismo Catarinense – FRENCOOP/SC.

3. COORDENAÇÃO TÉCNICA.

A coordenação técnica está mantém quatro atividades básicas:

- » Assessoramento direto às cooperativas especialmente em assuntos voltados a agricultura e meio ambiente.
- » Banco de dados institucional.
- » Comunicação institucional.
- » Consultoria técnica.

» **No tocante ao assessoramento às cooperativas**, a Coordenação Técnica desenvolve atividades junto às cooperativas, atendendo demandas voltadas à política de garantia de

preços mínimos, crédito rural e crédito em geral atendendo solicitação dos demais ramos, apoio às demandas das cooperativas agropecuárias e OCB junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, políticas de abastecimento, questões ambientais, alongamento de dívidas e outras emanadas das cooperativas. No ano destacamos a aprovação do Código Florestal Brasileiro e a transferência e venda balcão de 116.000 toneladas de milho pela Conab. O Código Florestal tem merecido atenção especial da coordenação, frente aos possíveis impactos junto aos produtores rurais cooperados.

Participação como representante (titular e/ou suplente) do sistema cooperativo no Conselho Estadual do PRONAF, Conselho Estadual de Meio Ambiente, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, Grupo Estatístico do IBGE, Câmaras Setoriais de Florestas, Uva e Vinho, Fundiária, Leite, Carnes, Crédito Rural, Industrialização Rural, Educação Rural, Cebola, Recursos Naturais, Grãos, Fruticultura, Erva Mate, Fundo de Terras – Banco da Terra, Comissão Estadual de Sementes e Mudas, Fundo de Defesa Sanitária Animal, Câmara de Ética Tributária, Grupo de Mercados da OCB e outras comissões constituídas para discussões de interesse do cooperativismo.

Coleta de informações e tabulação de dados junto às cooperativas gerando documentos reivindicatórios em atenção a pleitos junto às Secretarias da Fazenda, Agricultura e da Pesca, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Fazenda, OCB, Banco do Brasil, CONAB, BADESC, BRDE, CIDASC, dentre outros.

Organização e validação dos dados anuais fornecidos pelas cooperativas no Banco de Dados do Sistema, e a respectiva elaboração da publicação anual “Números do Cooperativismo de Santa Catarina”, relatórios e apresentações com dados do cooperativismo catarinense, atendendo demandas internas e externas;

Orientação às cooperativas de transporte sobre legislação e inserção dos dados das suas respectivas frotas no sistema RNTRC da ANTT.

» **No que concerne a estruturação do banco de dados destacam-se as seguintes funções:** instalação e suporte do SAAC nas cooperativas (agropecuárias e infraestrutura), e alimentação dos seus respectivos dados no Banco de Dados do sistema; especificação e tomada de preço para aquisição de equipamentos (hardware); suporte aos usuários na utilização de programas (software) e equipamentos (hardware); diagnóstico e manutenção (conserto localmente ou via assistência técnica) de equipamentos; alimentação e manutenção das informações contidas no site (dados das cooperativas, documentos e demais informações); suporte e manutenção dos serviços dos servidores de e-mail, internet, banco de dados, *firewall* (segurança) e arquivos (documentos dos usuários) e execução de rotinas de *backup*. Orientações aos usuários das cooperativas na utilização dos sistemas desenvolvidos para o site (auxílio educação, ações delegadas, ações diretas, cooperjovem, cadastro de instrutores, etc.)

Ainda no âmbito interno - OCESC e SESCOOP/SC, a coordenação colaborou na elaboração de publicações para uso interno (folders, banners, e outros); no suporte e manutenção de equipamentos; na análise e acompanhamento no desenvolvimento dos sistemas desenvolvidos de forma terceirizada (auxílio educação, cadastro de alunos, atualizações do site, cadastro de instrutores); pesquisa, seleção, inserção, redação e envio diário de notícias de interesse das cooperativas em 227 informativos OCESC/SESCOOP no ano.

» **No tocante a comunicação institucional:** A Comunicação Institucional do sistema cooperativista catarinense dá-se através da publicação diária de Boletins Informativos contendo matérias produzidas e reproduzidas de interesse, e encaminhados às cooperativas

por meio eletrônico, e também através de matérias elaboradas pela MB Comunicação, publicadas em jornais, rádios e emissoras de televisão.

» **Consultoria Técnica.**

A OCESC mantém um consultor externo sob responsabilidade da coordenação técnica com as funções de assessoramento nas demandas pertinentes a matérias ligadas ao meio ambiente, especialmente o Projeto de Dejetos Suínos (em parceria com cooperativas e instituições de pesquisa) e referente a Mudanças Climáticas.

Neste sentido houve trabalho relevante na redação do decreto de regulamentação da Lei nº 15.133 de 19 de janeiro de 2010, que instituiu a **Política Estadual de Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina**. A minuta do Decreto de regulamentação foi concluída pelo Grupo de Trabalho no final de abril de 2011, porém até ao final de 2012 não foi publicado para iniciar a execução da Política Estadual de Serviços Ambientais.

Estudo de Mercado para Fertilizantes Orgânicos e Organo-minerais. O Estudo de Mercado teve como objetivo o fornecimento de indicadores mercadológicos, identificando e avaliando os mercados consumidores potenciais e concorrentes para fertilizantes orgânicos e organo-minerais, abrangendo a Região Sul do Brasil.

A iniciativa da OCESC e cooperativas agropecuárias interessadas objetivou promover o aproveitamento e valorização dos dejetos suínos, que hoje constituem fator de limitação à expansão da produção suína.

Fórum Catarinense de Mudanças Climática Globais: Instituído pelo Decreto nº. 3.273 de 21/05/2010 para debater e sugerir políticas públicas para incentivar ações de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. A OCESC conta com representação de um titular e um suplente no Fórum, participando das Câmaras Temáticas de Adaptação e Mitigação.

No decorrer de 2012 realizaram-se as reuniões do Fórum objetivando a elaboração e aprovação do regimento interno e o planejamento do Inventário estadual de emissões de gases de efeito estufa.

4. ASSESSORIA JURÍDICA.

Em 2012, a Assessoria Jurídica desempenhou papel relevante no atendimento às cooperativas, orientando sobre diversos temas nas áreas:

- Trabalhista.
- Contribuição Sindical.
- Assembleias Gerais.
- Editais.
- Elaboração de Pareceres.
- Análise de Estatutos e Atas.
- Atendimento in loco fruto de demandas específicas.

Em função das mudanças internas implementadas a partir de novembro de 2012, houve ajuste nas funções internas a algumas tarefas que estavam a cargo da Coordenação de Autogestão passaram para a assessoria jurídica dentre elas os aspectos ligados a prestação

de serviços junto a JUCESC. Foram realizadas ao longo do ano, negociações coletivas com inúmeros sindicatos de trabalhadores, abrangendo a maioria das cooperativas filiadas, além daqueles específicos como os sindicatos representativos de categorias, tais como Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários e Técnicos Agrícolas. Também apoia as cooperativas na orientação e análise prévia de processos, além das atividades como Vogal na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, acompanhando os processos de registro naquele órgão.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM
31/12/2012 e 31/12/2011.**

I - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE	1.281.858,56	782.361,01
Disponibilidades	1.247.726,31	759.825,37
Caixa	1.244,38	196,24
Bancos conta movimento	163.101,23	749.811,52
Aplicações financeiras	1.083.380,70	9.817,61
Créditos	15.623,99	17.628,99
Contribuições e taxas a receber	565.998,30	995.374,63
(-) Provisão para perdas	-565.998,30	-995.374,63
Adiantamentos a restituir	15.623,99	17.628,99
Despesas de exercícios seguintes	18.508,26	4.906,65
Seguros	0,00	4.906,65
Adiantamento de férias	18.508,26	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.641.042,79	5.696.503,39
Realizável a longo prazo	19.178,21	0,00
Depósitos recursais	19.178,21	0,00
Investimentos	152.953,87	146.156,19
Imobilizado (Nota 3)	5.468.910,71	5.550.347,20
Custo corrigido	5.755.636,57	5.676.642,31
(-) Depreciação acumulada	-286.725,86	-126.295,11
Intangível	0,00	0,00
Software	17.851,85	17.851,85
Amortização acumulada	-17.851,85	-17.851,85
TOTAL DO ATIVO	6.922.901,35	6.478.864,40

PASSIVO	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO CIRCULANTE	199.458,91	1.060.915,81
Obrigações sociais e trib. a recolher	70.863,17	8.459,38
Empréstimos	0,00	917.586,86
Fornecedores	44.132,43	35.250,98
Provisão para férias e encargos sociais	84.463,31	99.542,95
Outras	0,00	75,64
PATRIMÔNIO SOCIAL	6.723.442,44	5.417.948,59
Patrimônio social	5.417.948,59	4.699.165,39
Superávit do exercício	1.305.493,85	718.783,20
TOTAL DO PASSIVO	6.922.901,35	6.478.864,40

II - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS	3.460.941,37	3.055.977,06
Receita de taxa de manutenção da OCESC	500.784,16	499.887,44
Receita de contribuição cooperativista	2.284.994,89	1.977.155,44
Receita com serviços JUCESC	14.558,64	11.274,08
Receita de contribuição sindical patronal	660.603,68	567.660,10
DESPESAS	2.231.182,29	2.884.567,63
Pessoal	1.248.580,95	1.051.776,79
Administrativas	825.246,14	1.913.556,83
Tributárias	27.137,88	15.335,58
Provisão créditos de liquidação duvidosa	161.079,04	168.216,11
Depreciação	160.430,75	33.429,47
(-) Receitas financeiras	-80.670,48	-90.446,63
Despesas financeiras	17.766,83	15.686,86
Despesas de serviços bancários	14.606,80	41.427,95
(-) Recuperação de despesas - SESCOOP/SC	-142.995,62	-264.415,33
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS	75.734,77	547.373,77
Ingressos de participações societárias	9.431,90	5.484,67
Venda de imobilizado	0,00	883.500,00
Aluguel SESCOOP/SC	142.360,80	0,00
Baixa de imobilizado obsoletos	-76.057,93	-303.881,69
Perdas em investimentos financeiros	0,00	-74.739,46
Receitas de serviços diversos	0,00	37.010,25
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	1.305.493,85	718.783,20

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Contas	Patrimônio social	Ajuste de avaliações patrimoniais - AAP	Superávit acumulado	Saldo
Saldo em 31.12.2009	2.897.193,30	-29.702,15	837.896,30	3.705.387,45
Mutações de 2010				
Incorporação de superávit 2009	837.896,30		-837.896,30	0,00
Superávit 2010				0,00
Variação AAP 2010		-25.540,16	964.075,79	938.535,63
Saldo em 31/12/2010	3.735.089,60	-55.242,31	964.075,79	4.643.923,08
Incorporação do superávit de 2010	964.075,79		-964.075,79	0,00
Variação AVP		-19.497,15		-19.497,15
Baixa AVP		74.739,46		74.739,46
Superávit do exercício 2011			718.783,20	718.783,20
Saldo em 31/12/2011	4.699.165,39	0,00	718.783,20	5.417.948,59
Mutações de 2012				
Incorporação superávit 2011	718.783,20		-718.783,20	0,00
Superávit ano de 2012			1.305.493,85	1.305.493,85
Saldo em 31/12/2012	5.417.948,59	0,00	1.305.493,85	6.723.442,44

Legenda - AAP = Ajuste de avaliações patrimoniais.

IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÉTODO INDIRETO	31/12/2012	31/12/2011
Superávit do exercício	1.305.493,85	718.783,20
Depreciação/amortização	160.430,75	33.429,47
Ganho na venda de imobilizado	0,00	-579.618,31
Juros transcorridos	17.766,83	15.686,86
Passivos operacionais	56.129,96	25.491,23
Valores realizáveis e despesas diferidas	(13.601,61)	16.785,68
Diminuição dos créditos operacionais	2.005,00	
Aumento do realizável a longo prazo	(19.178,21)	
Baixa da conta Ajuste de Avaliações Patrimoniais		55.242,31
Caixa líquido gerado proveniente das atividades sociais	1.509.046,57	270.113,58
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Receita venda de imobilizado		883.500,00
Aquisição de imobilizado	(155.052,19)	(4.244.224,39)
Baixa de bens obsoletos	76.057,93	
Ajuste nas contas de investimentos		3.447,86
Aquisição de novos investimentos	(6.797,68)	(8.932,53)
Caixa líquido nas atividades de investimentos	(85.791,94)	(3.366.209,06)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contratação/pagamento de empréstimos	(935.353,69)	917.586,86
Aumento líquido ao caixa e equivalente de Caixa	487.900,94	(2.178.508,62)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	759.825,37	2.938.333,99
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.247.726,31	759.825,37
Varição das contas caixa/bancos/equivalentes	487.900,94	(2.178.508,62)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nota 01. Apresentação das demonstrações contábeis:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas e princípios fundamentais de contabilidade previstos na ITG 2002 do Conselho Federal de Contabilidade.

Nota 02. Principais práticas contábeis adotadas:

- As despesas e receitas foram apropriadas segundo o regime de competência. Os valores não recebidos no período foram objeto de provisão para provável perda.
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os **valores vencidos** proveniente de créditos sobre a taxa de manutenção, contribuição cooperativista e contribuição sindical patronal no montante de R\$ 565.998,30.

No exercício de 2012, após análise seletiva, foi baixado o montado de R\$ 538.803,88, referente créditos inadimplentes de longa data.

Nota 03. Quadro analítico – imobilizado:

As depreciações dos bens remanescentes foram calculadas e contabilizadas seguindo as seguintes taxas:

Máquinas e equipamentos: 10% aa.

Móveis e utensílios: 10% aa.

Veículos: 20% aa.

Equipamentos de informática: 20% aa.

Edificações: 2,5% aa.

CONTAS	Saldo 31/12/2011	Adições/ transferências	Baixas/ transferências	Saldo 31/12/2012
VALOR ORIGINAL				
Terrenos e edificações	786.126,60	-	0,00	786.126,60
Máquinas e equipamentos		54.146,07	29.255,00	24.891,07
Móveis e utensílios	993.079,59	29.755,54	628.120,65	394.714,48
Veículos	111.912,43	6.200,00	0,00	118.112,43
Computadores e periféricos	75.527,32	39.281,90	25.008,16	89.801,06
Construções em andamento	3.709.996,37	- 3.709.996,37		0,00
Edificações		4.366.882,00	24.891,07	4.341.990,93
SOMA	5.676.642,31	786.269,14	707.274,88	5.755.636,57
DEPRECIÇÃO ACUMULADA				
Máquinas e equipamentos	0	-4.303,65	897,94	-3.405,71
Móveis e utensílios	0	-65.387,28	9.392,33	-55.994,95
Veículos	-67.850,88	-17.609,40		-85.460,28
Edificações	0	- 107.716,80		-107.716,80
Computadores e periféricos	-58.444,23	-13.709,03	38.005,14	-34.148,12
SOMA	-126.295,11	-208.726,16	48.295,41	-286.725,86
SALDO EM 31/12/2012	5.550.347,20	577.542,98	755.570,29	5.468.910,71

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros do
SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - OCESC
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações contábeis do SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - OCESC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da OCESC é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da OCESC, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da OCESC. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OCESC, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis do exercício anterior, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, com parecer emitido sem ressalvas, em 02 de março de 2012.

São José (SC), 25 de março de 2013.

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC, após análise dos documentos que nos foram solicitados e disponibilizados relativos às operações administrativas, financeiras e contábeis do exercício de 2012, consideramos estar de acordo com as normas usuais adotadas pela instituição. Diante do conjunto de informações, e conforme parecer dos auditores independentes, recomendamos a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária do relatório do Conselho de Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e demais documentos relativos ao exercício encerrado em trinta e um de dezembro de 2012.

Florianópolis, 12 de abril de 2013.

José Samuel Thiesen

Ricardo Hochheim Filho

Vanir Zanatta

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA OCESC PARA 2013

RECEITAS	Realizado em 2012	Orçado para 2013	Evolução prevista
Taxa de manutenção	500.784,16	456.000,00	-44.784,16
Contribuição cooperativista	2.211.117,94	2.250.000,00	38.882,06
Contribuição sindical	573.401,59	540.000,00	-33.401,59
Serviços JUCESC	14.558,64	2.000,00	-12.558,64
Recuperação de despesas (aluguel)	142.360,80	145.000,00	2.639,20
Receitas de aplicações financeiras	80.670,48	70.000,00	-10.670,48
Receitas de participações societárias	9.431,90	10.000,00	568,10
Subtotal das receitas	3.532.325,51	3.473.000,00	-59.325,51
DESPESAS	Realizado em 2012	Orçado para 2013	Evolução prevista
Plano de saúde (médico e odontológico)	38.716,58	41.426,74	2.710,16
Serviços de terceiros PJ (Assessorias)	133.977,61	143.356,04	9.378,43
Despesas com veículos	18.683,84	19.991,71	1.307,87
Limpeza, copa e cozinha	13.769,79	14.733,68	963,89
Brindes e eventos	39.210,12	41.954,83	2.744,71
Cópias e serviços de xerox	1.051,18	1.124,76	73,58
Correio	10.414,71	11.143,74	729,03
Água	954,71	1.021,54	66,83
Despesas com patrocínios	182.851,58	195.651,19	12.799,61
Depreciação	160.430,75	171.660,90	11.230,15
Despesa de seguro	9.923,80	10.618,47	694,67
Despesas com manutenção de softwares	13.946,05	14.922,27	976,22
Despesas de viagem	76.739,00	82.110,73	5.371,73
Despesas diversas	21.107,88	22.585,43	1.477,55
Despesas de manutenção imobilizado	4.360,85	4.666,11	305,26
Despesas com energia elétrica	27.273,42	29.182,56	1.909,14
Segurança patrimonial	104.657,06	111.983,05	7.325,99
Impostos e taxas	27.137,88	29.037,53	1.899,65
Material de expediente	7.237,20	7.743,80	506,60
Marketing e publicidade		700.000,00	700.000,00
Telefone fixo	24.215,64	25.910,73	1.695,09
Despesas de pessoal	1.008.191,23	1.278.764,62	270.573,39
Vale alimentação	54.771,00	58.604,97	3.833,97

Seguro de vida	7.653,14	8.188,86	535,72
Vale transporte	12.553,43	13.432,17	878,74
Previdência complementar	65.226,13	69.791,96	4.565,83
Verba de representação	81.469,44	87.172,30	5.702,86
Ajuda de custo conselho de ADM e Fiscal	58.128,00	62.196,96	4.068,96
Diárias conselho de ADM e Fiscal	56.744,00	60.716,08	3.972,08
Despesas bancárias	14.606,50	15.628,96	1.022,46
Juros Bancários	17.766,83	19.010,51	1.243,68
(-) Recuperação de despesas	-142.995,62	(145.000,00)	-2.004,38
Subtotal	2.150.773,73	3.209.333,20	1.058.559,47
EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS	76.057,93	0,00	
Provisões para perdas	0,00	0,00	
Baixa de imobilizado	76.057,93	0,00	
SUPERÁVIT PROJETADO DO EXERCÍCIO	1.305.493,85	263.666,80	-1.041.827,05